



30

OS IMPACTOS DO COVID-19 NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO II: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DOS ARTEFATOS DE CONTROLE

Aluno Mestrado/MSc. Student Sheyla Veneziani Braga [ORCID iD](#), Aluno Graduação/Undergraduate Student Vonei dos Santos Moreira [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Juliano Lima Soares [ORCID iD](#)

Universidade Federal, Goiânia, Goiás, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Sheyla Veneziani Braga

[0000-0003-3548-4714](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Aluno Graduação/Undergraduate Student Vonei dos Santos Moreira

[0000-0002-7475-6009](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Curso de Ciências Contábeis

Doutor/Ph.D. Juliano Lima Soares

[0000-0001-8056-4794](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Resumo/Abstract

Um dos principais aspectos da pandemia está relacionado às alterações no modo de vida da sociedade. O isolamento social como prática de intervenção para a não propagação do vírus, provocou mudanças significativas na vida pessoal e profissional da população como também impactou diretamente o turismo regional. A comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, localizada em Goiás, atualmente é considerada a maior quilombo do Brasil possuindo 39 comunidades. Dentre as principais atividades econômicas das comunidades destaca-se a agricultura e o turismo. O objetivo desse artigo é identificar os impactos da pandemia covid-19 na comunidade quilombola Kalunga Engenho II e quais os artefatos gerenciais utilizados para auxiliar na proteção da comunidade. Diante da análise das entrevistas realizadas, o fechamento do turismo trouxe uma diminuição da renda familiar, podendo ser considerado como um dos principais impactos na comunidade Kalunga de Cavalcante. O controle informal contribui para uma maior cooperação entre os indivíduos, o que permite uma maior assertividade nas tomadas de decisão e alcance dos objetivos organizacionais.

Palavras chaves: Controle Gerencial; Covid 19; Comunidade Kalunga



Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Diversidade e Inclusão no Contexto Organizacional e Contábil (DICOC) / Diversity and Inclusion in the Organizational and Accounting Context

OS IMPACTOS DO COVID-19 NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO II: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DOS ARTEFATOS DE CONTROLE

RESUMO

Um dos principais aspectos da pandemia está relacionado às alterações no modo de vida da sociedade. O isolamento social como prática de intervenção para a não propagação do vírus, provocou mudanças significativas na vida pessoal e profissional da população como também impactou diretamente o turismo regional. A comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, localizada em Goiás, atualmente é considerada a maior quilombo do Brasil possuindo 39 comunidades. Dentre as principais atividades econômicas das comunidades destaca-se a agricultura e o turismo. O objetivo desse artigo é identificar os impactos da pandemia covid-19 na comunidade quilombola Kalunga Engenho II e quais os artefatos gerenciais utilizados para auxiliar na proteção da comunidade. Diante da análise das entrevistas realizadas, o fechamento do turismo trouxe uma diminuição da renda familiar, podendo ser considerado como um dos principais impactos na comunidade Kalunga de Cavalcante. O controle informal contribui para uma maior cooperação entre os indivíduos, o que permite uma maior assertividade nas tomadas de decisão e alcance dos objetivos organizacionais.

Palavras chaves: Controle Gerencial; Covid 19; Comunidade Kalunga

INTRODUÇÃO

A escravização de pessoas originárias da África foi a forma encontrada pelos colonizadores portugueses para suprir a elevada demanda por mão de obra nas lavouras de café e cana de açúcar (Gonçalves, 2017). Entre os séculos XV e XIX, aproximadamente nove milhões de africanos cruzaram o Atlântico escravizados para serem vendidos nas Américas, quase todos destinados à América do Sul e Central. Antes de ser banida, essa prática causou danos irreparáveis aos povos escravizados, como perpetuação da pobreza e exploração, racismo, xenofobia, discriminação religiosa, dentre outros danos. (Lopes, 2009). Os escravos que fugiam de seus senhores formavam pequenos aglomerados em locais remotos, onde dedicavam-se à agricultura e pecuária de subsistência, sendo denominados quilombos. As marcas da escravização ainda são visíveis, se anteriormente o enfrentamento objetivava a liberdade e o fim da escravidão, hoje essa luta reflete na libertação das terras para continuarem livres (Stevanni, 2019).

Os quilombolas do Brasil ainda lutam pelo reconhecimento de seus direitos. Atualmente, a comunidade Quilombola Kalunga é considerada o maior quilombo do Brasil, abrigando 39 comunidades. Na língua manto, a palavra Kalunga significa lugar sagrado, o que é bastante oportuno tendo em vista a riqueza ambiental e cultural do local. Em 2021, a comunidade localizada na Chapada dos Veadeiros em Goiás foi reconhecida como Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais - do Brasil. Esse fato concede à comunidade uma maior autonomia no gerenciamento do território (Sousa, 2021).

A cultura Kalunga é marcada por uma forte ligação com a agricultura e o turismo (Fernandes, 2014). O recebimento de visitantes do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, reconhecido como melhor parque nacional e o 25º do mundo, influencia diretamente no comércio local, como por exemplo, os restaurantes, as lojas artesanais e os serviços prestados por guias de turismo (Castro, 2021).

Assim como em todos os estados, a comunidade também precisou seguir as orientações da Organização mundial de Saúde, e utilizar mecanismos para o controle de pessoas, distribuição da informação entre os comunitários com a finalidade de amenizar ou prevenir possível crise, reorganização dos trabalhos na modalidade home office. Diante dos fatores como

tempo/incerteza/proporção do impacto na economia local, os comunitários e a administração precisaram agir com rapidez para readequar os seus negócios e ajustar os planos.

Dentre os mecanismos, a comunidade utilizou barreiras sanitárias, controle de entrada e saída das pessoas, rodízio de guaritas na entrada da comunidade e formas de comunicação para conscientização da importância do isolamento e higienização. Esses artefatos de controle criados na comunidade advém da contabilidade gerencial.

A contabilidade gerencial em seu processo de produção da informação, é composta por métodos, filosofias e modelos de gestão, ferramentas, sistemas e instrumentos denominados artefatos (Reis & Teixeira, 2013). O avanço tecnológico, bem como o desenvolvimento do mercado global, contribuiu para uma adequação dentro da contabilidade gerencial que permitiu uma adaptação às necessidades informacionais, assim garantir como principal propósito a criação de valor por meio do uso eficaz dos recursos (Galvão, 2017)

Nesse aspecto, se obtém o seguinte questionamento: Como a comunidade quilombola Kalunga Engenho II foi afetada pelo Covid-19 e quais artefatos gerenciais foram utilizados para proteger a comunidade? Este estudo tem por objetivo identificar os impactos da pandemia covid-19 na comunidade quilombola Kalunga Engenho II e quais os artefatos gerenciais utilizados para auxiliar na proteção da comunidade.

A contribuição teórica deste trabalho está relacionada na evidenciação do uso de artefatos gerenciais utilizados pelos comunitários nas tomadas de decisões. Compreende-se que o controle, quando usado corretamente, pode ser um poderoso facilitador de mudanças e ações nas organizações. Eles podem, por exemplo, ajudar a definir e executar a estratégia, interagir com membros da organização, além de monitorar o desempenho. Em relação à contribuição prática, esse estudo permitiu conceder um aprendizado sobre os critérios de escolha dos mecanismos de controle, como se dá o gerenciamento de informações externas e internas na comunidade e observar que controle dependerá da percepção dos conflitos a serem solucionados bem como o seu alcance na organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender as características da comunidade Quilombola Kalunga Engenho II faz-se necessário resgatar conceitos históricos do povo quilombola, com ênfase na formação das comunidades que habitam o Planalto Central do Brasil. Para isso, serão visitados textos que discutem a formação desses povos com ênfase na origem histórica.

2.1 Artefatos de Controle

O uso do conceito de controle na literatura é bastante amplo e depende da conexão que é empregue, seja a organizacional, gerencial, administrativo e resultado. Podendo referir ao conteúdo atribuído como por exemplo ferramentas, práticas e mecanismos. Ou quando é relacionado a sua extensão como por exemplo, sistema de controle, estrutura hierárquica e organizacional, hierárquica (Hanko, 2019).

Os controles são categorizados em duas abordagens: a) formais que enfatiza as medidas externas incluindo regras, processos e políticas da organização. b) informais composto por normas, cultura e valores organizacionais (da Silva, et.al, 2020). Para Cravens et.al (2002 p.241) “o primeiro consiste em altos níveis de saída e controle de processo, enquanto segundo inclui altos níveis de profissionais e controle cultural”.

Os controles formais referem-se às ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir que as diretrizes da administração para mitigar riscos à consecução dos objetivos sejam cumpridas, além de conseguir influenciar o comportamento dos membros da organização (Ayers, Gordon & Schoenbachler, 2001). Observa-se que nesse tipo de controle existe a predominância da padronização e o monitoramento sendo bastante utilizado em organizações centralizadas (Silva, et.al, 2020).

Embora na literatura tenha pesquisadores que considera apenas os formais como mecanismos de controle, há autores que compreendem que as interações entre membros da equipe, reuniões, comportamento, valores e tradições entre outros fatores que advém da cultura organizacional como sendo um controle informal (Flamholtz, 1983; Lebas & Weigenstein, 1986).

Os sistemas informais são sempre implícitos e não escritos. Segundo Bhattacharjee e Moreno (2016) o controle informal serve como mecanismo para auxiliar uma maior assertividade tanto na comunicação na organização como no compartilhamento da cultura organizacional, como por exemplo o controle social.

Em organizações comunitárias o controle social refere-se ao conjunto de artefatos e regras sociais que tem como objetivo impor ao indivíduo os modelos e normas comunitários (Shecaira, 2004). Nesse sentido, Motta (1979) menciona que essas regras orientam o indivíduo permitindo influenciar sobre a coletividade organizacional.

2.1 Povos originários

O conceito de povo refere-se a um grupo de pessoas que se reúnem em virtude de interesses e costumes semelhantes. Em outras definições podem ser encontrados conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território, ou seja, por morarem no mesmo local ou então por serem igualmente destituídas de reconhecimento social (Novaes, 1985). Logo, a expressão povos originários está relacionada a ancestralidade e as raízes culturais. Trata-se da coexistência entre a coletividade e a natureza (Feitosa & Bonfim, 2020).

Existe também a utilização do termo índio ou indígena que é comumente empregado na maioria dos dicionários como nativo, ou natural de um lugar assim como, estar relacionado ao nome que é dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) (Portela, 2011). De Souza Filho (2018) menciona que na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é empregada a definição aos povos em países independentes. Entretanto, de Lima et.al., (2019) menciona que essa utilização é equivocada pois a terminologia é resultado de um erro náutico em 1492 realizado por Cristóvão Colombo, devido a condições climáticas desfavoráveis teve seu trajeto interrompido. Os habitantes encontrados receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas” que até hoje conservam. Assim, segundo Luciano (2006 p. 30) não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc.

A chegada dos navegadores portugueses trouxe várias perdas ao povo originário, desde a invasão de terras, doenças, a imposição a cultura portuguesa, escravidão e vários mortos nesse processo. Nessa época, havia 250 tribos de índios Tupi-Guarani no Brasil (Fausto & Fausto, 1994). Os portugueses usavam o termo quilombo para designar agrupamentos com mais de cinco indivíduos, ainda que não estivessem organizados em um rancho ou possuíssem meios próprios de subsistência. O termo quilombo não era aplicado exclusivamente a escravos no Brasil, mas a todos os povos na mesma situação em toda a América Latina, ou “povos dalém mar” (Gomes, 2015).

No Brasil, o processo de colonização fez com que o povo originário migrasse para lugares mais isolados para fugir dos confrontos por terra. Por um bom período, a Igreja Católica assumiu um papel assistencial no que tange a serviços educativos e de saúde (Pereira, 2018).

Ao aderir a tratados internacionais, o Brasil passou a rever a situação de povos marginalizados, como as comunidades quilombolas, dentre outros agrupamentos minoritários. Os direitos fundamentais da pessoa humana são descritos na Constituição Imperial de 1824, que não foi capaz de efetivá-los, uma vez que a abolição da escravidão só ocorreu no Brasil em 1888. As constituições seguintes ampliaram os direitos fundamentais humanos, com retrocesso no totalitarismo da década de 1960 (Silva, 2007; Sarlet, 2009).

Na década de 1970 foi realizada a primeira assembleia de povos indígenas, sendo abordadas questões relacionadas aos direitos políticos. Em 1979, foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), dirigida exclusivamente por índios, sem vínculos com o governo ou com a Igreja Católica.

A partir da Constituição de 1988, os povos indígenas, quilombolas e outros grupos minoritários passaram a ter garantias legais, como o direito à propriedade e tratamento prioritário em situação de crises, como a pandemia por COVID-19.

2.2 Comunidades quilombolas no Brasil: origem e história

A história dos quilombos está ligada à história da escravidão no Brasil. O uso de mão de obra escrava teve início em 1534, quando os portugueses começaram a colonizar o território brasileiro por meio das capitanias hereditárias. Até então, os portugueses se limitavam à extração de pau brasil, por meio de troca com os indígenas. Os indígenas que se interessavam pelas trocas derrubavam as árvores e as levavam até a praia, recebendo objetos entregues pelos portugueses como pagamento, um sistema de escambo. Com a instituição das capitanias hereditárias e a implantação de engenhos para a produção de cana de açúcar, foi necessário maior volume de mão de obra, o que resultou na escravidão dos indígenas (Schwartz, 2018).

Os escravos de origem africana chegaram ao Brasil por volta de 1550, no entanto, o escravo africano custava bem mais que um escravo indígena, o que estendeu a escravidão indígena até o século XVII. Apesar disso, os portugueses tiveram muitos problemas com a escravidão indígena devido à alta mortalidade dos indígenas por doenças portuguesas, resistência dos indígenas à escravidão, a pressão dos Jesuítas que combatiam a escravidão do povo nativo e guerras internas entre os próprios indígenas. Assim, a partir do século XVII cessou a escravidão indígena restando a escravidão de africanos (Schwartz, 2018).

O tráfico negreiro, também chamado de tráfico ultramarino, foi a forma predominante de entrada dos escravos africanos no Brasil. Os portugueses possuíam colônias na África e no Brasil, assim, tendo em vista a grande demanda por mão de obra nas lavouras de cana de açúcar, iniciou-se o comércio internacional de escravos, o que resultou no desembarque de 4,8 milhões de escravos africanos no Brasil (Rossi, 2021; Alencastro, 2018). Equivalente a um terço de todo o comércio negreiro (Reis, 2000).

É muito difícil estimar o valor de cada escravo no século XIX, pois eram classificados por cor, habilidades, idade, saúde física entre outros. De acordo com Rodrigues e Freire (2018 p.550) esse valor dependia “da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica”. Em 1700, um negro adulto (de 14 a 45 anos) custava cerca de 100 mil-réis.

O trabalho nas lavouras de cana de açúcar era duro e baseado na violência. Os escravos chegavam a trabalhar vinte horas diárias, sujeitos à exaustão, acidentes e morte (Fraga, 2014).

Como surgiram os quilombos? Os primeiros quilombos surgiram em 1575 na Bahia e sobreviviam da produção agrícola e pecuária, além do extrativismo nas matas. Assim, mantinham relacionamento comercial com outros grupos e com pessoas livres, tornando-se uma espécie de sociedade paralela (Gomes, 2018).

O sofrimento extremo experimentado pelos escravos nos engenhos de açúcar resultava em constantes tentativas de fuga. Os senhores de escravos usavam violência, espancamento, isolamento, correntes e execução pública dos escravos revoltados, mas ainda assim alguns se revoltaram, resistiram à escravização e fugiam, formando quilombos e mocambos. Alguns escravos simplesmente desejavam fugir e se esconder, formando os mocambos. Outros organizavam resistência armada para não serem recapturados, formando os quilombos (Reis, 2018).

Com o avanço do movimento abolicionista, as fugas de escravos se intensificaram. Nas décadas de 1870 e 1880 ocorreram muitos movimentos de fugas coletivas e individuais. Os

fugitivos procuravam abrigar-se em quilombos já estabelecidos ou misturar-se à população negra alforriada nas cidades, aceitando todo tipo de trabalho para não serem identificados. Abolicionistas e escravos libertos incentivaram as fugas e mediavam a disputa entre escravos fugitivos e seus senhores (Fraga, 2014).

Alguns pesquisadores apontam que não é correto restringir o termo quilombo a escravos fugitivos. Outras condições levavam à formação de quilombos, como escravos alforriados que se juntavam para formar uma comunidade, fazendas decadentes em que os donos abandonaram a terra com os seus escravos, que passavam a controlar livremente a produção, descendentes de escravos que herdaram terras. Além disso, com o passar do tempo, surgiram quilombos urbanos ou suburbanos (Karash, 1998).

Com a abolição da escravidão no Brasil, muitos escravos libertos ficaram sem atividade e sem meios de subsistência, refugiando-se nas comunidades quilombolas. Os senhores de escravos, apesar da prática hedionda de usar o trabalho forçado de outros seres humanos, mantinham seus escravos com alimentação, remédios e habitação, ainda que em estado precário. Muitos fazendeiros se revoltaram com a proibição do trabalho forçado e simplesmente abandonaram seus antigos escravos, que tiveram que buscar apoio onde fosse possível, incluindo as comunidades quilombolas (Moura, 1993).

Alguns quilombos tornaram-se famosos, como o Quilombo dos Palmares, Quilombo do Jabaquara, Quilombo Buraco do Tatu, Quilombo do Leblon. O Quilombo dos Palmares foi o mais populoso e resistente da história conhecida do Brasil, chegando a ter mais de vinte mil habitantes. Esse quilombo sofreu ataques por mais de um século, sendo completamente destruído em 1694 (Gomes, 2018). A obra de Leda Maria de Albuquerque (1978), intitulada Zumbi dos Palmares é narrado as lutas contra a dominação e a resistência dos negros, destacando o papel do Líder palmariano Zumbi (Santana, 2015)

Atualmente existem no Brasil 2.228 comunidades quilombolas, que tiveram sua existência reconhecida e os direitos garantidos na Constituição de 1988. O principal direito constitucional é a posse da terra onde estão instalados e o respeito ao estilo de vida dessa população. Apesar das garantias constitucionais, a questão fundiária ainda é um problema para as comunidades quilombolas. Entre os quilombos contemplados com este direito, que estão ainda lutando pela posse da terra, está a comunidade Kalunga, na Chapada dos Veadeiros.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi utilizada pesquisa exploratória descritiva, pois buscou compreender e descrever como a comunidade utilizou os mecanismos de controle gerencial frente a pandemia covid-19. De acordo com Cervo e Bervian (2011) a pesquisa descritiva está relacionada ao registro, análise e correlação entre fatos ou fenômenos, sem manipulá-los procurando evidências sobre a frequência e sua relação e conexão. Em relação à classificação como exploratória, Mattar (2011), menciona que esse tipo de pesquisa tem o intuito de subsidiar o pesquisador com informações relevantes à pesquisa.

O estudo apresentou uma abordagem qualitativa pois seu foco está no caráter subjetivo do objeto de estudo, permitindo aos investigadores explorar novos enfoques (Godoy, 1995). Compreende-se que esse tipo de pesquisa não tem como objetivo enumerar ou medir unidades e categorias (Richardson, 1999, 55).

As entrevistas foram realizadas seguindo o método MEDS - Método de Explicitação do Discurso Subjacente proposto por Nicolaci-da-Costa et al., (2002; 2006). Este método sistematiza os procedimentos de preparação, realização e análise das entrevistas. Sendo assim, a entrevista neste trabalho foi realizada com perguntas abertas que permitiu obter informações quanto ao objeto de estudo nos períodos de maio de 2020 e julho de 2021. Em decorrência ao momento pandêmico, não foi possível realizar todas as entrevistas presencialmente, assim as

perguntas foram disponibilizadas também por meio do WhatsApp sendo todas transcritas em sua totalidade.

3.1 Sujeitos da Pesquisa e Categorias Analíticas

Atualmente a população do Quilombo Kalunga no município de Cavalcante é formada por 3.650 moradores. A amostra da pesquisa nas duas etapas é composta por 17 moradores da comunidade Kalunga Engenho II, sendo 7 homens (41%) e 10 mulheres (59%).

Foram elaboradas quatro perguntas centrais que visavam identificar o impacto da Covid-19 dentro da comunidade em dois momentos: em 2020 (no começo da crise de saúde pública) e 2021, um ano após a OMS decretar estado pandêmico, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Relação das perguntas Centrais

N	Perguntas	Objetivo
1	Qual foi o maior impacto para comunidade com a pandemia do coronavírus.	Evidenciar os efeitos da pandemia na comunidade
2	Como comunidade reagiu com o fechamento da sua principal fonte de renda	Identificar o comportamento dos comunitários frente a uma crise
3	Qual forma de controle foi feita para que a comunidade não tenha entrada de outras pessoas	Apresentar os controles informais utilizados dentro da comunidade
4	O que foi planejado para o futuro da comunidade, na questão financeira.	Analisar como os artefatos de controle influenciam no planejamento da comunidade pós-pandemia

Um dos critérios de validação das entrevistas era a obrigatoriedade de responder às duas etapas do questionário. Como não foi possível coletar os dados de um dos entrevistados e respeitando o critério de legibilidade, validou-se 16 entrevistas.

Todas as respostas foram transcritas em sua totalidade para o Word. As entrevistas realizadas via áudio da plataforma WhatsApp foram transcritas utilizando a plataforma do Google Docs. A tabela 2 evidencia a quantidade de palavras de cada pergunta.

Tabela 2. Número de Palavras respondidas

Código do Entrevistado	Questão 1		Questão 2		Questão 3		Questão 4	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
E1	173	122	47	74	70	175	134	135
E2	22	9	14	19	12	20	24	35
E3	45	26	28	14	13	21	21	19
E4	19	13	25	29	5	6	9	50
E5	68	23	50	31	49	12	31	13
E6	13	13	15	15	16	17	32	63
E7	19	28	26	16	17	24	37	25
E8	8	20	22	21	11	24	21	22
E9	47	135	54	198	50	171	53	163
E10	55	6	55	36	45	53	27	33
E11	58	108	66	48	70	82	75	79
E12	57	34	64	122	45	239	50	307
E13	12	18	13	19	8	16	9	13

E14	35	93	35	140	34	156	41	185
E15	24	26	11	11	25	25	12	17
E16	34	36	34	24	28	77	34	26
Somas	689	710	559	817	498	1118	610	1185

Pode-se observar que houve um aumento na segunda entrevista quando comparado a primeira. Esse fato, pode estar relacionado aos períodos investigados. No começo da pandemia as informações relacionadas a doença eram superficiais, trazia muitas dúvidas quanto a forma de contaminação, o período de contágio, o tempo para produção de uma vacina. Após um ano de pandemia, a população está mais informada sobre o assunto e consegue expor com mais facilidade suas angústias e anseios.

3.3 Técnicas de Análises de Dados

O trabalho utilizou como técnica a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) que consiste em organização em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise foi realizada uma revisão bibliográfica do objeto de estudo no qual permitiu sistematizar as ideias iniciais do estudo, bem como a elaboração das perguntas da pesquisa. Na segunda fase do tratamento, foram definidas as categorias e o agrupamento das respostas de acordo com a semântica do texto. Por fim, no tratamento dos dados consistiu primeiramente na transcrição das entrevistas, logo em seguida a realização da análise explicativa de conteúdo, apresentando os principais trechos que distanciam ou aproximam as respostas dos entrevistados nos períodos analisados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A história do quilombo Kalunga não é bem conhecida porque a comunidade guarda tradição oral (Alberti, 2005). Alguns moradores da comunidade Kalunga Engenho II afirmam que seu povo habita a região há mais de 300 anos. Pesquisadores apontam que esse quilombo nasceu em decorrência da fuga de escravos que trabalhavam em atividades de mineração no Planalto Central, por volta do ano 1700 (Brasil, 2001). Os fugitivos instalaram-se na Chapada dos Veadeiros, região onde atualmente estão os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás (Almeida, 2010).

Consta na história de Cavalcante que no passado, aproximadamente 10 mil pessoas eram escravizadas nas minas de ouro no povoado. Os que conseguiam fugir se escondiam nos grotões e vãos da serra do Vale do Paraná tornou-se uma forma de defesa contra os senhores e jagunços. O local era rico em fauna e flora e com características climáticas muito próximas ao território africano, permitiu que os fugitivos sobrevivessem isolados por mais de 190 anos (Costa, 2013).

Os descendentes de escravos conviveram com povos indígenas da região e com os sertanejos que povoaram o Planalto Central, fazendo com que os atuais moradores sejam fruto da miscigenação entre africanos, indígenas e sertanejos de várias origens. O povo Kalunga se destaca por viver em harmonia com a natureza, de modo que o território por eles ocupado preserva as características naturais do cerrado brasileiro. Isso garantiu à comunidade Kalunga o reconhecimento de um programa ambiental da Organização das Nações Unidas – ONU (Baiocchi, 2013).

Observa-se que o Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga é uma das maiores riquezas culturais do município de Cavalcante. Atualmente, existem mais de 20 comunidades nativas que preservam a cultura advinda dos antepassados quilombolas. O quilombo é composto por quatro núcleos dos Kalungas: “Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Contenda”. (Lima, 2012 p.2)

A comunidade Kalunga, tem cerca de 11 mil pessoas e ocupa um território de 262 mil hectares. A área agricultável desse território é reduzida em função da dificuldade de água, dentre outros fatores. Apesar disso, a comunidade Kalunga se organizou em associações e explora o turismo. As atividades turísticas são favorecidas pela preservação ambiental e alguns recursos naturais como cachoeiras, existentes na região (Santos, 2019).

Entre as associações, a Associação Quilombo Kalunga (AQK), considerada a associação mãe do sítio histórico, a Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK) e a Associação Kalunga Comunitária Engenho II (AKCE) regente apenas na comunidade Kalunga engenho II. Em 2012 foi criada a Associação de educação do Campo do território Kalunga e Comunidades Rurais (EPOTECAMPO) voltada à educação do campo.

4.1 Impacto da Covid-19 na comunidade

A primeira questão buscou compreender a percepção dos moradores referente a Covid-19. Em 2020, a pandemia possuía muitas incertezas como por exemplo quanto ao tempo, forma de contágio e sintomas e medidas preventivas entre outros. A primeira análise partiu da ideia de verificar se existe uma mudança de posicionamento entre os entrevistados após 1 ano de pandemia. Diante da homogeneidade das respostas, o quadro 2 apresenta as principais respostas das entrevistas sobre o impacto da pandemia.

Quadro 2. Compilação das respostas relacionada a percepção do impacto na COVID na comunidade

Entrevistado	2020	2021
E1	“(…) um deles acredito ser o fechamento dos atrativos turísticos naturais e culturais na comunidade (…) muitas pessoas que dependem desta atividade, passam por necessidades grandiosas, em específico as mães solteiras que não têm domínio com atividades braçais nas roças. (..)”	“Acredito que o maior impacto foi na principal fonte de renda que era o turismo natural como o cultural também”
E3	(…) Além do turismo, a área na Educação também foi afetada, pois, todos os funcionários de contratos temporários municipais da comunidade foram demitidos.	Atualmente mais da metade das pessoas da comunidade estão querendo a reabertura do turismo.
E5	O maior impacto foi apenas a falta do turismo, mas pra quem tem outras opções de renda como cultivar a roça foi uma oportunidade pra voltar aos tempos antigos em que dedicamos a plantação e colheita. Eu acho que o maior impacto foi o medo de ser contaminado	O medo o aumento da ansiedade além da diminuição da renda, o aumento do preço da cesta básica e outros bens de consumo
E10	“Foi a questão social porque nossa população sempre foi carismática e gosta do contato gosta de pegar na mão abraçar e ser insolado”.	(…) maior impacto para a comunidade a meu ver foi assim a restrição (…) o convívio entre comunidades tenha dado uma estremeçada né (…)
E13	“O medo até por estar em uma comunidade que não tem apoio a saúde então a gente tem que se virar, a gente sempre servirá com nosso modo caseiro”.	“O maior impacto inicial com COVID foi o medo o pânico o principal impacto e a partir desse medo veio a decisão que veio a para com o fechamento da principal fonte de renda”
E14	Maior impacto foi a fonte de renda e na parte do alimento	O maior impacto pra comunidade foi a renda que gerava do turismo, que atingiu em cheio toda comunidade

Entre as respostas observa-se uma preocupação quanto a renda dos moradores, principalmente por ser uma comunidade que tem o turismo como uma renda. Na resposta do entrevistado E1 menciona na primeira entrevista que o impacto está relacionado com o setor econômico, embora também considere que a pandemia também trouxe problemas sociais quando menciona as mulheres que não possuem habilidades para a atividade braçal. Na segunda entrevista não houve mudanças no posicionamento do entrevistado.

Em concordância o entrevistado E10 cita que o principal fator está relacionado às características culturais da comunidade. O isolamento social, principal medida para combater a disseminação do vírus, foi bastante difícil adaptação, pois os comunitários são calorosos e o contato físico é bastante presente na forma de comunicar. A proibição das festas dentro da comunidade também foi mencionada na primeira entrevista. O que pode ser percebido é que no primeiro momento existe uma preocupação mais voltada à rotina da comunidade. Em 2021 o entrevistado distancia da primeira resposta e relata que os conflitos internos principalmente a respeito das medidas preventivas da Covid-19 foram impactantes após 1 ano de pandemia. A palavra “estremecida” utilizada pelo entrevistado demonstra o impacto dessa divergência de opiniões com a relação entre a comunidade.

Em relação às respostas do entrevistado, R13 reconhece como principal fator de impacto a deficiência da saúde pública dentro da comunidade. De fato, o desconhecimento do vírus, a ausência de infraestrutura para os casos positivos gerou um certo medo na comunidade. A entrevistada faz menção a utilização de remédios caseiros e reconhece que para o vírus da covid não é possível conseguir sucesso no tratamento com remédios naturais. Entretanto é válido ressaltar que essa é uma característica bastante comum entre a comunidade quilombola, a utilização de remédios caseiros, muitas das vezes herança dos antepassados. Contudo, mesmo após 1 ano, a entrevistada ainda considera medo como fator e inclui a palavra “pânico” em 2021 como reforço para sustentar a sua fala. E reconhece que o medo influenciou as medidas preventivas necessárias dentro da comunidade.

Em concordância os entrevistados E2, E4, E6, E7, E8, E14, E15 e E16 mencionam como o maior impacto o fechamento do turismo na comunidade. Embora reconheçam que não seja a única renda dos comunitários, o bloqueio dos visitantes afetou as áreas de camping, pousadas e restaurantes, diminuindo a renda das famílias.

O entrevistado E5 assume a relevância do turismo porém acredita que esse fechamento é oportuno para os comunitários resgatarem a agricultura familiar. Na primeira entrevista menciona o medo da contaminação seja um fator de impacto na comunidade. Em 2021, acredita que além do medo, a ansiedade tenha se tornado um fator relevante.

Assim, pode-se compreender que embora o setor econômico seja considerado pela maioria dos entrevistados como o principal fator de impacto na comunidade, existem também questões relacionadas a problemas socioculturais.

4.2 Impacto Econômico da Covid-19 na comunidade

A segunda pergunta da pesquisa abordou como a comunidade reagiu com o fechamento da sua principal fonte de renda. O objetivo dessa pergunta era identificar quais as ferramentas utilizadas na comunidade para reduzir o impacto da pandemia na renda familiar dos comunitários (Quadro 3).

Quadro 3. Compilação das respostas sobre o impacto econômico

Entrevistado	2020	2021
E1	“Muitos migraram pra roça, outros passaram a fazer e cuidar de hortaliças com maior frequência”	“Retoma aos moldes de alguns anos atrás, a economia se baseia na agricultura familiar, onde o dinheiro circula bem menos e por outro lado expande as trocas de mão obra”

E5	“Na verdade, o turismo era a principal renda da minoria da comunidade. Antes do turismo explodir na comunidade as pessoas sobreviviam de plantação”	“Muitas pessoas estão economizando comprando apenas o essencial o poder de compra diminuiu, mas aumentou o número de pessoas que plantaram roças”
E12	“Nessa parte a comunidade não perdeu tanto porque a comunidade trabalha com duas atividades e a principal atividade e agricultura familiar”	“Olha não vamos dizer que a comunidade reagiu bem mais a comunidade como ela tem uma resistência dos saberes tradicionais, a comunidade sofreu muito mais conseguiu reagir e chegar até onde chegamos agora no meio dessa pandemia foi com dificuldade mais a gente conseguiu tocar dentro dos conformes”.
E14	Assustado a gente tomou decisão sobre prevenção e com os pés fora do chão.	Meio assustada mas de cabeça erguida, arregaçou as mangas e acreditou no potencial das roças de toco e deu certo
E16	“A comunidade procurou manter e fortalecer a sua produção na agricultura”	“A comunidade procurou manter e fortalecer a sua produção na agricultura”

Em ambos os períodos, pode-se observar pelas falas dos entrevistados E1, E2, E8, E10 e E15 que a comunidade aceitou bem as medidas de controle, embora pudesse perceber entre as respostas dos entrevistados E2, E3, E7 e E14, a menção das palavras receio, medo, assustado e polêmico para expressar sentimentos de angústia e incertezas daquele momento inicial a pandemia e que continuou durante todo o período até a segunda entrevista.

Embora o turismo seja considerado uma importante fonte de renda para a comunidade, não é a única. Pelas falas do entrevistado E5 pode-se perceber que durante o período de fechamento do turismo houve um resgate ao passado quilombola. A atividade agrícola tem sido utilizada para amenizar o impacto econômico durante o momento pandêmico. Em sua resposta inicial, remete a ideia da prática agricultura familiar, após um ano observa-se que esse aumento da prática agrícola foi influenciado pela diminuição do poder de compra.

Contribuindo com esse entendimento, o entrevistado E12 considera que a perda de renda da comunidade não chegou a ser impactante pois a comunidade tem seus costumes, embora tenha percebido que foi um período difícil. Assim como, o entrevistado E13 que cita o conhecimento tradicional para conseguir esquivar dos problemas ocasionados pela pandemia. A aceitação por parte dos comunitários em reconhecer a falta de amparo foi um dos fatores decisivos, de acordo com a entrevistada, para a comunidade concordar com tranquilidade em relação às medidas de controle.

O entrevistado E1 menciona que tanto no início da pandemia como após 1 ano de sua existência, a retomada da economia com base na agricultura familiar. Em decorrência da diminuição da circulação do dinheiro na comunidade o escambo tornou-se uma moeda, ou seja, os alimentos produzidos na comunidade são trocados por outros itens de necessidade. Observa-se nas respostas a presença da agricultura familiar como mecanismo para amenizar o impacto financeiro, tanto em 2019 como em 2020.

4.3 Artefatos de controle utilizados na comunidade

A terceira pergunta da entrevista buscou evidenciar quais os artefatos de controle utilizados na comunidade, bem como a concordância ou não dos comunitários diante das medidas preventivas utilizadas pela gestão. No quadro 4 são apresentados de forma sintética as respostas dos entrevistados.

Quadro 4. Compilação das respostas sobre os artefatos de controle

Entrevistado	2020	2021
E1	Aprovo totalmente essa ideia, desde que os guardas (porteiros) estejam em segurança (...)	(...) a Associação Comunitária acertou em cheio por fechar em fevereiro de 2020 está sábia decisão em assembleia aberta à comunidade (...)
E2	Ótima, pois devemos nos prevenir. Pois estamos lidando com uma pandemia global.	Foi feita três formas de controlar as entradas de pessoas como guarita na entrada da Comunidade placas e por internet
E3	Totalmente de acordo, uma pena que nem todos estão cumprindo com a proposta.	A forma de controle foi bem respeitada pelas pessoas, apesar de algumas vezes ter entrado pessoas não autorizadas, mais foi resolvido
E4	A comunidade agiu corretamente	Acredito que foi a atitude correta
E5	Concordo com toda forma de restrição para evitar o aumento da contaminação	Concordo com toda forma de restrição para evitar o aumento da contaminação
E6	Foi a melhor decisão, em se importar com a saúde das crianças, jovens e dos idosos.	Foi a melhor decisão, em se importar com a saúde das crianças, jovens e dos idosos
E7	Acho uma Idea boa, no meu ponto de vista seria eficiente se manteve-se o controle de entrada	E pouco eficiente por que pessoas de fora não pode entrar mais os locais sai pra outras cidades acaba se tornando uma medida inútil
E8	Eu super concordo, pois e para o bem de todos	A melhor forma é não deixar pessoas de outros lugares está visitando a nossa comunidade. Eu bem concordo que é o melhor para todos.
E9	O fechamento para externo acho que a gente agiu cedo no momento certo acredito que o que faltou foi conhecimento não sabia o que usar não conseguimos montar um barreira sanitária eficiente (...)	Minha opinião sobre o fechamento acho que foi super acertado (...)
E10	(...) montou uma barreira sanitária para pessoa entrar na comunidade tinha que ser esterilizada e os carros (...)	Conseguimos controlar muito bem a entrada de pessoas que não são da comunidade com uma barreira na entrada (...) todos que entrava na comunidade tinha que seguir as normas de prevenção em relação ao vírus (...)
E11	(...) feita um barreira samintaria no início da pandemia mas que não funcionou muito bem, então comunidade a se mobilizou os guias e condutores e representantes do quilombo com placas informativas e com o chamado boca a boca (...)	O primeiro passo a gente amontou uma guarita no início da pandemia em março (...) colocou faixa nas entradas do território e também a gente fez aquele trabalho de boca a boca(...)
E12	(...) colocamos barreira sanitária e também divulgando pedindo para nosso familiar para que não venha para comunidade	(...) No início a gente foi divulgado nas redes sociais que o advogado via telefone contato direto com visitantes (...) Montamos uma Barreirinha bem na entrada na comunidade (...) placas informativas que tinha desde a cidade de Alto Paraíso até a comunidade que tava fechado (...)
E13	Foi uma das melhores atitudes rápida foi ótima	A comunidade ainda continua na defensiva contra a entrada de pessoas na mesma, eu acho ótimo isso

E14	Na minha opinião foi uma das melhores decisão (...) o isolamento social foi uma das atitudes melhores tomamos a providência no início protegendo nossos anciões. (...)	Qual é a forma de controle feita para comunidade não ter entrada é mais por divulgação mesmo né a gente viu no Google gente sociais colocamos fachada (...)
E15	A comunidade buscou fazer a parte dela, mantendo o controle de pessoas que entre e saem e fortalecendo a higienização. Uma boa iniciativa da comunidade	A comunidade buscou fazer a parte dela, mantendo o controle de pessoas que entre e saem e fortalecendo a higienização. Uma boa iniciativa da comunidade
E16	Teve uma guarita para barrar as pessoas que entravam na comunidade. Achei uma ideia extremamente importante, porque além de cuidados próprios, teve uma decisão de um cuidado maior.	No início teve uma mobilização grande da comunidade, ficando na entrada impedindo que pessoas de fora entrassem na comunidade e foi uma ótima ideia. Mas depois parou e não teve um controle de pessoas entrar (...)

Em análise as respostas, observa-se que todos os respondentes consideraram válidas as medidas adotadas para a contenção de visitantes na comunidade, o que pode ser comprovado com a utilização das palavras ótimas, super, concordo e de acordo. Os respondentes, consideram nas duas entrevista que a comunidade acertou na fechamento

Entretanto, o entrevistado E7 embora tenha considerado a barreira sanitária uma boa ideia no início, após um ano considerou como ineficaz, tendo em vista que os moradores podiam transitar em outras cidades e retornar a comunidade. Em relação a resposta do entrevistado E17 pode-se observar que a guarita utilizada como forma de barreira não teve um efeito positivo com o passar do tempo da pandemia.

A gestão utilizou 3 ações de controle na comunidade. Para controlar as entradas de pessoas foi feita uma barreira sanitária conforme (Figura A). De acordo com o entrevistado E10 não foi eficiente pois faltou conhecimento técnico para montar uma barreira sanitária. A segunda medida utilizada foram os guias e condutores e representantes do quilombo com faixas informativas (Figura B). A terceira medida foi a comunicação informal que teve efeito positivo, mobilizando todos os comunitários.



Figura 1. Artefatos de controle da comunidade Kalunga
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Ainda na questão 3, buscando analisar as principais palavras mencionadas pelos respondentes, foi produzido duas nuvens de palavras comparativas, dando ênfase nas palavras utilizadas para referir as medidas de controle e aos sentimentos dos respondentes. (Figura 2)



Figura 2. Nuvem de palavras
 Fonte: Elaborado por autores

Observa-se que no ano de 2020 o destaque da palavra comunidade mostra a interação entre os comunitários, refletindo no comportamento principalmente quando é observado a presença das palavras como, concordo, atitude, eficiente, certo, ótimo. Nota-se também que a preocupação com o avanço da pandemia sendo caracterizada pelo aumento das palavras como saúde. Em 2021, a palavra controle teve um maior destaque, seguidamente das palavras ótimo, concordo. Observa-se a também que existe presença dos controle informais como por exemplo a palavra assembleia.

4.4 Planejamento econômico após Covid-19

A última pergunta da entrevista buscou analisar qual a perspectiva que os respondentes têm sobre o planejamento financeiro após a covid-19. Conforme apresentado no quadro 5

Quadro 5. Respostas relacionadas sobre planejamento após covid-19

Entrevistado	2020	2021
E1	“Na minha opinião, sofreremos, mas muito sentirá, em específico os que na ponta recebiam o capital de giro, refiro aos comerciantes da cidade”	“Mas mesmo com todos esses desafios acredito que em breve ou tão logo a comunidade estará de portas abertas para o turismo”.
E2	“Vai voltar ao normal, até porque isso vai passar. Então é melhor ficar um tempo sem grana do que sem nossos entes queridos”.	“Na minha opinião será péssimo porque o meio de ganhar dinheiro na comunidade era através do Turismo hoje ninguém trabalha ninguém vende nada então eu acho que vai ser um péssimo futuro ou não”

E3	“Como em todo o Brasil, vai ser difícil, principalmente porque o turismo está sendo um dos setores mais atingidos pela pandemia”.	“Com sua maior fonte de renda fechada e o fim do Auxílio Emergencial a questão financeira tá bem complicada”
E4	“Vai demorar um pouco pra voltar ao normal”	“Ruim porque e do turismo de onde que vem a renda da comunidade e devido a pandemia o turismo está sendo uma das áreas impactadas e não tem previsão de quando vai voltar a funcionar normalmente”
E6	“Mudou um pouco depois da pandemia, pois muitos precisavam da sua principal fonte de renda, que era o turismo”.	“Vai ser difícil retomar o mesmo meio de vida anterior na questão financeira mais aos poucos voltaremos ao normal pois temos um pouco de medo ainda que essa pandemia se agrave mais”
E12	“Sobre a questão financeira da comunidade ela vai sofrer por um bom tempo pois a maior renda era o turismo”	“Eu acredito que essa situação ela vai nos atingir por um bom tempo porque muitos comércios fecharam muitas empresas também”
E17	“Acredito eu que assim que reabrir tudo, com a vinda do turismo logo vai estar em uma estabilidade boa”.	“Acredito que vai demorar uns 2 anos pra voltar a estabilidade quando tudo voltar a reabrir normalmente, pois com tudo parada e mesmo assim tendo gastos”

Embora nenhum deles tenha respondido especificamente sobre os projetos para o futuro. Pode-se perceber nas entrevistas que existe um sentimento de esperança na retomada das atividades econômicas, principalmente o turismo.

É possível identificar nas respostas uma homogeneidade em considerar que a comunidade vai retomar as suas atividades. Na resposta do entrevistado E17 existe um pessimismo na segunda resposta quando comparado a primeira. No primeiro momento o entrevistado acreditava que ao reabrir a comunidade para o turismo concomitantemente traria uma maior estabilidade. Embora o que pode ser observado na segunda resposta é que embora ainda acredite na retomada não será imediata como pensava anteriormente.

De fato, a ausência de previsão da retomada das atividades assim como as incertezas do rumo do turismo local pode ser observada em todas as falas dos entrevistados.

CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo geral identificar os impactos da pandemia covid-19 na comunidade quilombola Kalunga Engenho II e quais os artefatos gerenciais utilizados para auxiliar na proteção da comunidade.

Diante das respostas obtidas tanto na primeira entrevista realizada em 2020 como na segunda em 2021, pode-se perceber que o fechamento do turismo foi considerado como um dos principais impactos da pandemia na comunidade.

Este estudo traz como contribuição da parte teórica a evidenciação do uso dos controles informais dentro da comunidade Kalunga e como estes contribuíram para atenuar os impactos da pandemia covid-19, destacando entre os controles a barreira sanitária, placas informativas e a comunicação informal.

No tocante à contribuição prática, o trabalho baseou-se na importância da utilização de mecanismos de controle gerencial. Nota-se que o controle informal auxiliou para uma maior assertividade na comunicação bem como o compartilhamento da cultura organizacional entre os comunitários. Assim, foi possível compreender que o controle informal foi importante também para aumentar o nível de cooperação dos comunitários para conseguir solucionar problemas trazidos pela pandemia covid-19.

Contudo, entre as limitações da pesquisa, pode ser mencionado o próprio momento pandêmico, pois o isolamento social foi uma barreira na coleta de dados. Houve uma necessidade de adaptar as entrevistas que antes eram presenciais para o modelo *online*.

Em relação às pesquisas futuras, propõe que sejam analisados outros tipos de controles dentro da comunidade. De forma quantitativa, sugere-se abordagens dos tipos de controle formais e informais na comunidade; para uma pesquisa qualitativa, recomenda-se abordagens sobre a relação entre os controles informais e o comportamento do indivíduo dentro da comunidade.

REFERÊNCIA:

- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV
- Albuquerque, L. M. de. *Z. dos Palmares* (1978) 2. d. São Paulo: IBASA
- Alencastro, F. (2018) África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras
- Almeida, M, G.(2010). Territórios de quilombos pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás: patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Revista Ateliê Geográfico* 1(9); 36-63.
- Ayers, D. J., Gordon, G. L., & Schoenbachler, D. D. (2001). Integration and new product development success: the role of formal and informal controls. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, 17(2).
- Baiocchi, M. de N. (2013). *Kalunga: povo da terra*. 3 ed. Goiânia: Editora UFG
- Bhattacharjee, S., & Moreno, KK (2016). *O papel dos controles informais e as emoções de um oponente na negociação sobre os julgamentos de preços de transferência*. *Contemporary Accounting Research*, 34 (1), 427-454. doi: 10.1111 / 1911-3846.12230
- Brasil. (2001). *Ministério da Educação e Cultura*. Uma história do povo Kalunga. Brasília: SEF/MEC, 2001.
- Castro, M. (2021). O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é eleito o melhor do Brasil e o 25º do mundo. Diário de Goiás. <https://diariodegoias.com.br/parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-e-eleito-o-melhor-do-brasil-e-o-25-do-mundo/>
- Cervo, A. L., Bervian, P. A. (2011). Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. In *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*, 144-144
- Costa, V. S. (2013). *A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga*.
- Cravens, D. W., Lask, F. G., Low, G. S., Marshall, G. W., & Moncrief, W. C. (2004). Formal and informal management control combinations in sales organizations: The impact on salesperson consequences. *Journal of Business Research*, 57(3), 241-248.
- Da Silva, S. L. H. Valentim, J. G. L., Dos Santos, L. M. R. Monteiro, J. J., & Dos Santos, E. A. (2020) Efeitos dos Controles Formais e Informais na Identificação Organizacional e na Eficácia de Equipe: um Estudo em um Hospital Militar. In *Anais do XVII Congresso USP*, São Paulo
- De Lima, L. N. M. (2012). Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga: a emergência da identidade étnica Kalunga pelos direitos fundiários. In *Anais do III Congresso Internacional de História da UFG. Anais... Jataí*.
- De Souza Filho, C. F. M. (2018). Os povos tribais da Convenção 169 da OIT. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, 42(3), 155-179. DOI: 10.5216/rfd.v42i3.55075
- Fausto, B., & Fausto, S. (1994). *História do Brasil* (Vol. 1). São Paulo: Edusp.
- Feitosa, M. Z. S., Bomfim, Z. A. C. (2020). Povos originários em contextos de desigualdade social: afetividade e bem viver como modos de (re) existência ético-política. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 719-734.

- Fernandes, C. R. (2014). *Saberes e sabores da cultura kalunga: origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares*.
- Flamholtz, E. G. (1983). Accounting, budgeting and control systems in their organizational context: theoretical and empirical perspectives. *Accounting, Organizations and Society*, 8(2-3), 153-169. doi: 10.1016/0361-3682(83)90023-5
- Fraga, W. (2014) *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Galvão, V. B. (2017). *Artefatos de contabilidade gerencial empregados na gestão de empresas estabelecidas nas microrregiões rondonienses de Cacoal e Ji-Paraná*.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(3), 20-29.
- Gomes, F. S. (2015) *Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil*. Editora Claro *ENIGMA*, São Paulo.
- Gomes, F. S. (2018). *Quilombos/Remanescentes de Quilombos: dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves, P. C. (2017). Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, 307-361.
- Hanko, O. (2019). Comment l'entreprise africaine est-elle contrôlée? Une étude exploratoire des leviers de contrôle des PME au Cameroun. *REVUE AFRICAINE DE MANAGEMENT*, 4(3).
- Karash, M. (1998) *Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Lebas, M., & Weigenstein, J. (1986). Management Control: The Roles of Rules, Markets and Culture [1]. *Journal of Management Studies*, 23(3), 259-272. doi: 10.1111/j.1467-6486.1986.tb00953.
- Lima, Maiane Silva et al. (2019) O direito à cidadania e a universalidade: nuances das vivências indígena de coroa vermelha em Santa Cruz Cabralia - Bahia. *Anais VI JOIN / Brasil - Portugal...* Campina Grande: Realize Editora, 2019. Recuperado em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57780>>. Acesso em: 16/07/2021 17:25
- Luciano, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série "Vias dos Saberes n. 1). *Espaço Ameríndio*, 2(2), 186.
- Mattar, F. N. (1999). *Pesquisa de marketing* (Vol. 6). São Paulo: Atlas.
- Motta, F.C. , P. (1979). Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 19, 11-25.
- Moura, C. (1993) *Quilombos Resistência ao Escravismo*. São Paulo: Editora Atica.
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2002). Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18, 193-202.
- Novaes, Sylvania Caiuby. (1985). Nações indígenas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 2(2); 21-22
- Pereira, E. N. (2013). A prática educativa e as contribuições do processo formativo da organicidade da licenciatura em educação do campo da UnB-um estudo de caso no território Kalunga/Goiás.
- Pereira, T. A. D. P. (2018). A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano, 3, 14-31.
- Portela, C. D. A. (2011). Para além do " caráter ou qualidade de indígena": uma história do conceito de indigenismo no Brasil.

- Reis, A. M. dos, Teixeira, A. J. C. (2013). Utilização de artefatos de contabilidade gerencial nas sociedades cooperativas agropecuárias de minas gerais e sua relação com porte e desempenho financeiro. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 7(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.997>
- Reis, J. J. (2018) Revoltas escravas. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. J., IBGE. (2000). A presença negra: encontros e conflitos. *IBGE, Brasil, 500*.
- Richardson, R. J. Peres, J. A., Wanderley, J. C. V. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, A. F., & Freire, J. (2018). O preço dos escravos e suas “cores” nas escravarias dos inconfidentes mineiros da comarca do Rio das Mortes, nas Minas Gerais de 1789 a 1791. *Estudos Ibero-Americanos*, 44(3), 548-562. [10.15448/1980-864X.2018.3.29237](https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.3.29237)
- Rossi, A. (2021). Navios portugueses e brasileiros fizeram mais de 9 mil viagens com africanos escravizados - BBC News Brasil. Recuperado em 16 de julho de 2021, em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45092235>
- Santana, K. C. E. (2015). Por trás das paliçadas de Palmares: uma reescritura da história de Zumbi por Leda Maria de Albuquerque Noronha.
- Santos, R. F. D. (2019). Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo.
- Sarlet, Ingo Wolfgang. (2009). *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Stevanim, Luiz Felipe. (2019). “A luta dos quilombos hoje é para libertar a terra.” Retrieved July 21, 2021, from RADIS Comunicação e Saúde website: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/a-luta-dos-quilombos-hoje-e-para-libertar-a-terra>
- Schwartz, Stuart B. (2018) Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shecaira, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- Silva, J.A. (2007). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2007.
- Sousa, M. (2021). Quilombo Kalunga é o 1º território no Brasil conservado pela comunidade. *CicloVivo*.
- Sousa, M. (2021, March 3). Quilombo Kalunga é 1º território no Brasil conservado pela comunidade. Recuperado de July 16, 2021, de *CicloVivo* website: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/quilombo-kalunga-1o-brasil-conservado/>